

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Área Temática: Negociações Internacionais

Período de Análise: 01/06/2013 a 30/06/2013

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

EUA perdem US\$ 2,5 bilhões em exportação. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Vaivém. 01/06/2013.....	4
Jovens europeus voltam ao campo para buscar trabalho. Montella Del Cadi – O Estado de São Paulo, Economia. 02/06/2013	4
Parceria de rivais nos transgênicos. Gerson Freitas Jr. - Valor Econômico, Agronegócios. 03/06/2013	6
Monsanto confirma que não pedirá aprovação de novas sementes na Europa – Valor Econômico, Agronegócios. 03/06/2013	6
'Se o Brasil não construir acordos, vai ficar excluído do cenário internacional'. Cleide Silva – O Estado de São Paulo, Economia. 04/06/2013	7
Yara vê nova fase no País com compra de ativos da Bunge. Caio Proença – O Estado de São Paulo, Economia. 05/06/2013	10
Cônsul quer favorecer negócios entre Reino Unido e região – Folha de São Paulo, Cotidiano. 06/06/2013.....	10
Cepal faz reunião no Chile – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 07/06/2013.....	11
China libera comercialização de nova soja transgênica da Monsanto. Tarso Veloso – Valor Econômico, Agronegócios. 10/06/2013	12
Governo chinês aprova soja brasileira geneticamente modificada – Site do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). 10/06/2013	12
Brasil corre para abrir novas fronteiras na África – Folha de São Paulo, BBC Brasil. 11/06/2013.....	13
China oficializa liberação de nova semente da Monsanto. Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico, Agronegócios. 17/06/2013.....	17
Exportadores de suco de laranja se voltam para o Brasil. Alexa Salomão – O Estado de São Paulo, Economia. 17/06/2013	18
Brasil e UE debatem cooperação. Lucienne de Assis – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 17/06/2013.....	19
CNA quer mudanças no Mercosul para fechar acordo com União Europeia – Site da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 19/06/2013	21
CNA inaugura Espaço Agro Brasil na União Europeia em busca de um novo acordo bilateral de comércio com o bloco – Site da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária no Brasil (CNA). 19/06/2013.....	22
MMA vai a evento na África. Tinna Oliveira – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 24/06/2013.....	23

CONTAG participa de debate entre Brasil e Grécia sobre temas econômicos e sociais – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 25/06/2013.....	24
Argentina interrompe exportações de trigo, diz fonte do setor – Valor Econômico, Agronegócios. 26/06/2013	24
Produtos orgânicos da agricultura familiar são destaque em feira internacional – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 28/06/2013.....	25

EUA perdem US\$ 2,5 bilhões em exportação. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Vaivém. 01/06/2013

A recente queda nos preços das commodities agrícolas vai fazer os Estados Unidos perderem pelo menos US\$ 2,5 bilhões nas exportações do agronegócio neste ano fiscal de 2013 (outubro de 2012 a setembro próximo).

Apesar dessa redução, os norte-americanos vão atingir o recorde de US\$ 139,5 bilhões no período, conforme previsões do Usda (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos).

Já as importações também caem, mas em ritmo menor. Previstas em US\$ 112,5 bilhões no início do ano, recuam para US\$ 111 bilhões em 2013. O saldo, se confirmados esses dados do órgão do governo norte-americano, recuará para US\$ 28,5 bilhões, abaixo dos US\$ 32,4 bilhões do ano anterior.

Mas não são apenas os preços que provocam uma queda no saldo dos EUA. O Brasil também coopera para essa redução porque tomou parte dos mercados norte-americanos nas exportações de milho e de soja.

Devido à seca no ano passado e à menor oferta de produtos pelos norte-americanos, China, Japão e Coreia do Sul, tradicionais importadores de grãos, participaram mais do mercado brasileiro.

Até mesmo os Estados Unidos aumentaram as compras de produtos brasileiros, principalmente as de milho. As importações dos EUA de produtos do setor do agronegócio brasileiro devem somar US\$ 4 bilhões neste ano.

Durante este ano fiscal de 2013, as exportações norte-americanas de grãos ficam abaixo do previsto e devem atingir US\$ 30 bilhões. A redução ocorre devido às participações menores nas vendas de trigo, de milho e de soja.

Devido à seca e à menor oferta de produtos, as exportações de milho deste ano vão cair para 19,5 milhões de toneladas, bem abaixo dos 38,4 milhões do ano anterior.

No caso da soja, as vendas externas feitas pelos norte-americanos recuam para 36,7 milhões de toneladas, ante 38,4 milhões no ano passado.

A China mantém a liderança nas compras norte-americanas de produtos do agronegócio. Neste ano serão US\$ 22,5 bilhões, mas 4% menos do que em 2012.

Jovens europeus voltam ao campo para buscar trabalho. Montella Del Cadi – O Estado de São Paulo, Economia. 02/06/2013

No sul da Europa, o desemprego está levando muitos a fazer o caminho inverso do traçado pelos avós há meio século

Os irmãos Roser, Mireia e Josep nunca pensaram em viver no campo, depois de terem estudado em universidades em algumas das principais cidades da Espanha. Mas, diante da pior crise que o país enfrenta em décadas, os três jovens da família Bombardó estão hoje no setor da pecuária no interior da Catalunha, na esperança de não se transformarem em uma das milhões de pessoas no país que estão sem trabalho e sem futuro.

No sul da Europa, o desemprego que já afeta um a cada dois jovens está levando muitos deles a fazerem o caminho inverso do realizado por seus avós e pais há meio século, que abandonaram o campo e foram ganhar a vida nas grandes cidades.

Na Espanha, em Portugal e na Grécia, o fluxo de jovens de volta ao mundo rural já é uma realidade. Poucos têm números concretos do fenômeno. Mas a constatação é de que o êxodo rural registrado nesses países nos últimos 30 anos foi em parte freado e até revertido.

"Meu irmão Josep estudou engenharia mecânica, eu fiz estudos ambientais e minha irmã era enfermeira", disse Roser. "Hoje, estamos todos trabalhando aqui", apontou a jovem.

O retorno ao campo, porém, não significa a volta às velhas práticas. A família transformou a fazenda destinada ao gado em uma produção ecológica, vendendo carne de maior valor agregado.

Em meio ao Parque Natural de Cadi Moixeró, aos pés dos Pirineus, outro objetivo de Roser é o de transformar a propriedade (que fica a menos de duas horas de Barcelona) em um local para o turismo rural. "Vamos começar com esse projeto em julho", indicou a jovem.

Na Espanha, a família Bombardó não foi a única a decidir ficar no campo. Dados do governo da Catalunha sobre subsídios a iniciativas de novos agricultores dão a dimensão do fenômeno. Em 2009, 173 pessoas solicitaram ajuda à primeira instalação de jovens agricultores. Em 2012, foram 354.

Cursos para formar agricultores também estão tendo procura recorde neste ano, com várias cidades sendo obrigadas a recusar candidatos à formação.

Em Portugal, o governo chegou a fazer uma espécie de reforma agrária para incentivar o retorno de jovens ao campo. Pela nova lei, proprietários de terras fora de uso podem alugá-las a novos colonos em troca de redução de impostos em suas outras atividades. O governo estima que 1,5 milhão de hectares entrarão no programa.

O objetivo é desafogar Lisboa e Porto, cidades em que o desemprego entre jovens beira a crise social, e ao mesmo tempo voltar a gerar renda no campo. O que chama a atenção do governo é que o único setor da economia que relativamente consegue sobreviver é a agricultura. Em 2012, as exportações de alimentos aumentaram 17%.

Empreendedorismo. O fluxo de pessoas de volta ao campo chegou até mesmo a abrir espaço para novos negócios. Um deles é a consultoria Novos Povoadores, que tem como meta justamente ajudar jovens a sair das cidades e buscar alternativas de negócios no campo.

Frederico Lucas abandonou sua vida em Lisboa e abriu um escritório em Alfândega da Fé, na região de Trás-os-Montes, local que por anos viu sua população desaparecer em direção à Lisboa e mesmo ao Brasil. "Produção de alimentos, turismo rural e mesmo investimentos no campo são os principais alvos dessas famílias, que estão optando pelo campo por causa da tensão nas grandes cidades."

Na Grécia, a volta ao campo também já é registrada desde 2011, com momentos de tensão. Os gregos retornam à produção rural, antes dominada pelo imigrantes. "São sempre os imigrantes que mais sofrem em uma crise, seja nas cidades, seja no campo", admitiu François Crépeau, relator da ONU para Migrações. / J.C.

Parceria de rivais nos transgênicos. Gerson Freitas Jr. - Valor Econômico, Agronegócios. 03/06/2013

Com a patente do primeiro transgênico de soja prestes a vencer - e, com ela, a hegemonia da tecnologia Roundup Ready, da Monsanto - o mercado de sementes geneticamente modificadas aponta para o acirramento da concorrência entre as gigantes do setor. A nova era da transgenia impõe, porém, uma lógica peculiar: para sobreviver à disputa, as rivais vão ter, cada vez mais, de cooperar entre si.

O fenômeno não é novo, mas vem ganhando força: desde o fim de 2012 houve pelo menos cinco acordos de cooperação em pesquisa e desenvolvimento e comercialização em nível global, envolvendo as americanas Monsanto, DuPont e Dow AgroSciences, a alemã Bayer CropScience e a suíça Syngenta. Juntas, elas buscam racionalizar custos, acelerar o desenvolvimento e assegurar acesso a mercado para seus novos produtos.

No mais emblemático dos acordos recentes, a Pioneer (divisão de sementes da DuPont) aceitou pagar US\$ 1,75 bilhão em royalties à arquirrival Monsanto em troca do acesso à segunda geração de soja transgênica da companhia de Saint Louis. O acordo dá à Monsanto acesso a algumas patentes da DuPont.

Monsanto confirma que não pedirá aprovação de novas sementes na Europa – Valor Econômico, Agronegócios. 03/06/2013

A multinacional americana Monsanto não pretende entrar com pedido de aprovação de novas sementes geneticamente modificadas na Europa devido à baixa demanda dos produtores rurais e à forte oposição da opinião pública pela tecnologia, afirmou uma porta-voz da companhia, confirmando notícias veiculadas no fim de semana.

“Enquanto não houver demanda forte dos produtores por esses produtos, não faz sentido lutar contra moinhos de vento”, disse Ursula Luettmmer-Ouazane. Segundo ela, no entanto, isso não é uma novidade. Há três anos a empresa não entra com pedidos de aprovação para novas sementes. “É óbvio que a Europa necessita de mais tempo, enquanto outras regiões já abraçaram o conceito prontamente”.

A Europa representa atualmente cerca de 12% das vendas globais da Monsanto, de US\$ 13,5 bilhões.

Os protestos contra a biotecnologia na Europa, no entanto, continuam a minar os negócios na região. Oito países da União Europeia baniram a semente MON 810, de milho geneticamente modificado, e outras variedades.

O milho transgênico da Monsanto é plantado somente em Portugal, Espanha e em alguns países do leste europeu.

Os concorrentes da Monsanto — Bayer, Syngenta e Basf — também estão deixando esse mercado.

(Dow Jones Newswires)

**'Se o Brasil não construir acordos, vai ficar excluído do cenário internacional'.
Cleide Silva – O Estado de São Paulo, Economia. 04/06/2013**

Para presidente do Iedi, País não aproveitou a maré positiva, mas ainda é possível ampliar inserção no mercado global

Cobrar postura mais atuante do governo na busca por acordos comerciais que tirem o Brasil do isolamento no jogo do comércio mundial é o novo desafio assumido por Pedro Passos, presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), entidade que reúne pesos pesados do setor produtivo. Apesar de limitado pela falta de competitividade, ele diz que o País tem "de enfrentar a agenda de América do Norte, Europa e Ásia", do contrário, ficará para trás.

Quando começou esse movimento?

Passada a maré positiva do cenário mundial, começaram a aparecer as pedras no caminho. As importações de manufaturados continuaram aumentando e as exportações, caindo. As empresas olham para o mercado interno que já não tem o mesmo vigor e falam: 'E agora, para onde vamos?' É uma pena não termos aproveitado o período de crescimento para investir em plataformas básicas para este momento.

A indústria achou que o mercado interno bastaria?

Durante a fase de estabilização houve uma reorientação da economia para o mercado interno, com a introdução da nova classe média, mais crédito e inserção de mais gente no consumo. A indústria voltou-se para esse crescimento, também apoiado pelo cenário

externo favorável. As exportações cresciam porque o mundo crescia. Esse movimento se arrefeceu em razão do crescimento mundial menor, queda dos preços das commodities, demanda interna por produtos e serviços que elevou os custos acima do ganho de produtividade. A situação da indústria de manufatura se deteriorou na inserção internacional. Saiu de um superávit de US\$ 10 bilhões para um déficit de US\$ 50 milhões.

É possível reverter isso?

As condições são melhores do que tínhamos no passado. Temos reserva, economia mais organizada e uma base industrial diversificada. Podemos traçar uma estratégia para nos inserir novamente no comércio internacional, não através de recursos naturais, mas de produtos de maior valor agregado. Nos últimos tempos nos transformamos num polo fornecedor de matérias-primas básicas e boa parte do consumo que cresceu no Brasil foi abastecido por importados.

O País não se preparou para o cenário mundial mais apertado?

O Brasil foi lento nas suas propostas de adaptar-se a um cenário mais competitivo e de inserção no comércio mundial com outro tipo de produto que não commodities. E não buscamos acordos. Ficamos parados, diferente de outros países. Acordos comerciais são difíceis, exigem negociação responsável, prazos. Mas há algum tempo não existe determinação para novos acordos, sejam amplos ou bilaterais.

Por que o Brasil ficou parado?

Acho que foi falta de prioridade em verificar que precisávamos nos preparar para uma situação diferente da que vivíamos. É bom lembrar que fizemos coisas muito boas: estabilizamos a economia, fizemos uma inserção de novas classes. A disposição para competir no cenário internacional foi atenuada porque havia posição confortável no mercado interno. E a conta externa era mantida pelo agronegócio. Se a situação era confortável, porque cutucar a onça com vara curta?

E agora, o que pode ser feito?

Agora isso é absolutamente necessário para colocar o País num cenário que se agrava com a possibilidade de acordos de multipaíses ou de grandes blocos. Há maior aproximação dos EUA com a Europa, com parte da Ásia. Recentemente teve o acordo andino - México, Colômbia, Chile e Peru. Há setores que vão sofrer, mas, por outro lado, o nível de inovação, tecnologia, sofisticação e de inserção será enorme.

Foi uma acomodação por parte do governo ou dos empresários? Foi uma opção da sociedade. Nunca vivemos uma situação de estabilidade de preço, de reservas internacionais, de crescimento intenso de consumo. Era uma sensação muito razoável não só do empresariado. O mundo lia dessa forma. Publicações que hoje criticam o Brasil, há dois anos viam o País como queridinho do mercado.

Dá para recuperar a perda?

É uma situação que preocupa, mas temos ativos para reagir. Não somos um país só de recursos naturais. Temos indústria diversificada, que perdeu participação no mercado mundial, mas ainda é relevante. Existe competência gerencial, capital acumulado e conhecimento. Só precisamos reorientar a política comercial.

Como fazer isso?

É um processo delicado, porque estamos lidando com variáveis macroeconômicas e com mudanças fundamentais que precisam ser feitas na base: desregulação, aumento de eficiência, educação relevante. E temos de enfrentar a agenda do comércio internacional. É preciso entrar em novos tratados, começar a construir essas pontes, dar condições a que determinadas cadeias produtivas tenham maior competitividade e maior produtividade. Portanto, é preciso desonerar matérias-primas que estão nas bases da cadeia produtiva.

E se essa competitividade não for alcançada?

Caso algumas indústrias não se adaptem, precisamos ter a possibilidade de abrir o mercado para receber essas matérias-primas, do contrário a gente mata o restante das cadeias produtivas. Mas não se pode fazer abertura irresponsável.

Como imagina esses acordos?

Precisamos começar menos pelo lado das tarifas e mais pelo lado da harmonização da legislação fitossanitária, pela harmonização com relação ao consumidor. Um exemplo do que não deu totalmente certo, embora tenha sido uma grande evolução, é o Mercosul. Não tenho uma fórmula para construir acordos, mas o Brasil precisa saber, em todas as esferas, que se não fizer vai ficar excluído do cenário mundial. Ser produtor de milho, minério e petróleo é ótimo, mas o País pode mais. Se abrir mão do crescimento da indústria, vai abrir mão de um vetor importante do desenvolvimento. E o crescimento passa por uma indústria inserida no comércio global.

Que avaliação o sr. faz dos acordos que o Brasil tem hoje?

O acordo que o Brasil tem hoje é o Mercosul, o restante são pequenos países que praticamente não contam no comércio internacional. Temos de enfrentar a agenda de América do Norte, Europa, Ásia. É lá que estão as fontes de inovação e de competitividade que podem manter nossa cadeia produtiva no nível de qualidade que precisa para operar.

O acordo Mercosul e União Europeia é prioridade?

Com a crise naquela região, não sei se essa prioridade pode persistir, pois não sei se para eles hoje é oportuno. De qualquer forma, os sinais de que o Brasil está puxando essa agenda com ênfase são muito baixos, porque tudo demora muito para se resolver com a Argentina, com a própria UE.

Que metas espera alcançar?

Que o País tenha mais setores integrados nas cadeias globais. Precisamos ter um nível de abertura de trocas que permita importação maior de equipamentos melhores, inovadores, mas também um nível de exportação maior. O Brasil ainda é muito fechado.

Como o governo recebe isso?

Ainda é difícil entender a posição brasileira com relação a acelerar tratados internacionais. Nossa sensação é de que o Brasil poderia ir mais rápido, e isso não quer dizer fazer acordos de imediato, mas ter a determinação de construir pontes para que sejam feitos. Quer dizer colocar prioridade, gente de qualidade visível dentro da estrutura. Hoje, não sabemos de quem é essa governança.

Yara vê nova fase no País com compra de ativos da Bunge. Caio Proença – O Estado de São Paulo, Economia. 05/06/2013

SÃO PAULO - O executivo-chefe da fabricante de fertilizantes norueguesa Yara, Jorgen Ole Haslestad, disse, em nota, que a aprovação da aquisição de ativos da Bunge pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) marca o início de uma nova fase para a Yara no País. "As perspectivas de crescimento do Brasil são significativas tanto para o setor de agricultura quanto para a indústria de fertilizantes, e pretendemos ter um papel fundamental no desenvolvimento do agronegócio brasileiro", afirmou.

No último dia 16, o Cade aprovou a aquisição pela Yara das operações de fertilizantes da Bunge no Brasil. Ao todo, o negócio custará US\$ 750 milhões em custos de compra e integração dos projetos.

O negócio foi anunciado no dia 7 de dezembro, e o Cade não mostrou objeções à transação. A aquisição será concluída no terceiro quadrimestre do ano, e os resultados serão consolidados no balanço do último trimestre da Yara.

Cônsul quer favorecer negócios entre Reino Unido e região – Folha de São Paulo, Cotidiano. 06/06/2013

A consultora Jaqueline Wilkins, que ocupa o cargo de cônsul honorário para a região de Ribeirão Preto (313 km de São Paulo), disse nesta quinta-feira (6) que vai atuar para atrair empresas do Reino Unido para a região.

Ela recebeu na cidade o embaixador britânico, Alan Charlton, que participou de várias atividades em Ribeirão.

O objetivo é apresentar condições para troca de experiências, e principalmente, de negócios, como nas indústrias --farmacêutica, dental e médica--, no setor de serviços em geral, na cultura e no mercado de luxo.

De manhã, Charlton foi a um encontro com o presidente da Acirp (Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto), José Carlos Carvalho. Depois, visitou a prefeita Dárcy Vera (PSD).

Segundo Charlton, a nomeação de Jaqueline para o cargo faz parte da ampliação da atuação do Reino Unido no país. Há também representantes honorários em Campinas, Macaé (RJ) e Curitiba (PR).

"O interesse [britânico] no Brasil tem crescido muito. É um país importante economicamente e podemos trabalhar mais transações comerciais. E a região de Ribeirão Preto nos interessa, principalmente no agronegócio", disse o embaixador.

"Queremos promover intercâmbio econômico, mas vamos agir também nas áreas de educação, esporte, cultura e tecnologia, visando troca e experiências e cooperação entre países", afirmou Jaqueline.

Dárcy, por sua vez, disse que há interesses em comum, o que pode favorecer o intercâmbio econômico: "Há também possibilidade de haver workshops entre agências de turismo para estimular visitas."

Cepal faz reunião no Chile – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 07/06/2013

Brasil apresentará políticas públicas adotadas no país e os avanços para a mitigação da mudança do clima nos diversos setores da atividade econômica

As políticas públicas adotadas pelo Brasil e os avanços para a mitigação da mudança do clima nos diversos setores da atividade econômica serão apresentados pelo secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Carlos Klink, durante o V Seminário Internacional sobre Pegada de Carbono - Práticas públicas e privadas para reduzir a pegada ambiental no comércio internacional, de 12 a 15 deste mês, em Santiago, no Chile.

Organizado pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), o evento promoverá discussões sobre os padrões de sustentabilidade ambiental adotados nos países industrializados e em desenvolvimento, especificamente para as empresas do setor agroexportador, para fins de cálculo e redução das emissões de carbono.

Para o secretário, a participação no evento propiciará o aprofundamento dessas discussões com o mais alto nível da instituição. "A Cepal tem tido importante papel na discussão do tema mudança do clima entre os países da América Latina e Caribe", destacou Carlos Klink. Durante sua estada em Santiago, Klink terá reuniões com dirigentes do organismo com o intuito de explorar oportunidades de cooperação para o governo brasileiro na área de mudança do clima.

China libera comercialização de nova soja transgênica da Monsanto. Tarso Veloso – Valor Econômico, Agronegócios. 10/06/2013

BRASÍLIA - A soja RR2 PRO, desenvolvida da Monsanto, foi liberada para comercialização na China, segundo fontes da empresa e do Ministério da Agricultura. A nova variedade é resistente ao glifosato e ao ataque de lagartas e aguardava aval dos chineses há dois anos para ser vendida no Brasil sem o risco da imposição de barreiras às importações pelo país asiático.

No fim de semana passado, o ministro da Agricultura, Antônio Andrade, foi à China pedir a liberação da produção no Brasil da soja RR2. Com a permissão dos asiáticos, as sementes da nova variedade devem começar e ser vendidas imediatamente. Mesmo já liberada para venda e consumo em território nacional, havia uma determinação da empresa em não comercializar a tecnologia até o aval dos chineses.

A liberação veio em boa hora para a empresa. A cobrança de royalties da venda da soja RR, resistente ao glifosato, está suspensa devido a brigas na Justiça entre a multinacional e produtores rurais. Com a autorização da venda da RR2, a Monsanto deve iniciar as vendas da RR2 na safra 2013/14 e continuar com a RR no mercado para não perder participação, já que o volume de sementes da nova variedade não será suficiente para abastecer todo o mercado.

Governo chinês aprova soja brasileira geneticamente modificada – Site do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). 10/06/2013

O governo chinês aprovou três variedades de soja geneticamente modificadas de interesse do Brasil, conforme informou nesta segunda-feira o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Antônio Andrade, que está em visita oficial à China. Ele participou, neste domingo, em Beijing, do Foro China-America Latina e Caribe de Ministros da Agricultura.

A aprovação das variedades geneticamente modificadas foi comunicada à Andrade pelo ministro da Agricultura da China, Han Changfu, durante encontro bilateral. Foram aprovadas a Intacta RR2 PRO, que tem a propriedade de supressão da população de lagartas que causam muitos danos às lavouras de soja no Brasil e a CV127 e Liberty Link, tolerantes a herbicidas.

O ministro brasileiro, que fez o pedido da liberação, agradeceu a decisão das autoridades locais e aproveitou para esclarecer ao seu colega chinês que a agricultura tropical é mais sujeita ao ataque de pragas e ervas daninhas, por essa razão é mais dependente da contínua introdução de novas tecnologias.

Antônio Andrade lembrou, ainda, que a aprovação torna-se ainda mais significativa em função da propagação da lagarta *Helicoverpa armigera* em vários Estados do Brasil. Conforme o ministro, as novas sementes aprovadas pelo governo chinês já tinham seu uso autorizado no Brasil e em outros mercados, mas os produtores de soja e a empresa

detentora da tecnologia estavam aguardando a aprovação chinesa, pelo fato de a China ser o principal mercado comprador da soja brasileira.

Em abril de 2013, o Brasil exportou 7,154 milhões de toneladas de soja em grãos, equivalente a US\$ 3,797 bilhões. Deste total, 5,604 milhões de toneladas (US\$ 2,966 bilhões) tiveram a China como destino.

“Essa decisão era ansiosamente aguardada pelos sojicultores brasileiros, visto que as empresas têm poucas semanas para embalar e distribuir o produto, a tempo do plantio da nova safra”, destacou Andrade.

O ministro propôs ainda a Han Changfu o aumento da cooperação entre a Embrapa e a Academia de Ciências Agrárias da China no campo da biotecnologia e falou sobre as oportunidades de investimento para empresas chinesas nas novas fronteiras agrícolas do Brasil, principalmente no Mato Grosso e na região conhecida como Matopiba.

A região traz novas opções de escoamento da produção no sentido norte, por hidrovias e ferrovias, viabilizadas a partir da recente aprovação da Medida Provisória dos Portos. Esses temas serão novamente abordados por ocasião da visita do vice-ministro da Agricultura da China ao Brasil, nos dias 20, 21 e 22 deste mês.

Foro China - AL

No encontro de Ministros da Agricultura da China, América Latina e Caribe o Ministro Antonio Andrade foi um dos convidados para falar na sessão solene de abertura, que foi presidida pelo vice-primeiro ministro da China, Wang Yang.

Ainda no Foro de Ministros, detalhou as prioridades brasileiras no comércio com a China, em que mencionou “a preocupação com a diversificação da pauta exportadora, a exportação de produtos de maior valor agregado e o equacionamento dos problemas de logística, um tema que interessa tanto aos produtores brasileiros como aos consumidores chineses”.

O ministro enfatizou, por fim, que esta foi sua primeira viagem internacional depois que assumiu o cargo e que “o destino não poderia ser outro, já que a China é a principal compradora dos produtos agrícolas exportados pelo Brasil”. Acompanharam o ministro na viagem o secretário de Relações Internacionais, Célio Porto, o secretário de Defesa Agropecuária, Enio Marques, e o assessor especial do Mapa, Ronaldo Bizinotto.

Brasil corre para abrir novas fronteiras na África – Folha de São Paulo, BBC Brasil. 11/06/2013

DA "BBC BRASIL"

O governo e algumas grandes empresas brasileiras estão apostando alto na abertura de novas fronteiras no mercado africano.

Nos últimos anos, o Brasil ampliou sua presença econômica tanto na África lusófona -- principalmente Angola e Moçambique-- quanto na África do Sul (considerada um dos "mercados maduros" da região, junto com países do norte africano).

Agora, um dos grandes desafios da diplomacia brasileira é criar condições para que um número cada vez maior de empresas explore novas fronteiras de investimento em mercados africanos emergentes, como Etiópia, Nigéria, Sudão, Quênia, Guiné, Tanzânia, Senegal e Gana, afirma o embaixador Paulo Cordeiro, subsecretário-geral do Ministério de Relações Exteriores para África e Oriente Médio.

"Isso constitui boa parte de meu trabalho. Estamos empenhados em criar condições para essa expansão e em convencer a sociedade brasileira de que o continente africano tem muitas oportunidades interessantes --e não só nos países lusófonos", diz Cordeiro.

As iniciativas oficiais nesse sentido vão desde programas de cooperação militar e técnica até projetos para ampliar o financiamento a investimentos no continente e ações de aproximação política.

Elas acompanham um movimento de algumas grandes empresas brasileiras, que há algum tempo estão prospectando novos negócios em países que até pouco eram sinônimo de conflitos e extrema pobreza, atraídas principalmente por oportunidades nos setores de infraestrutura e exploração de recursos naturais.

Segundo Cordeiro, é nesses planos de expansão que se inseriria a decisão anunciada recentemente pela presidente Dilma Rousseff de cancelar ou renegociar US\$ 900 milhões (R\$ 1,9 bilhão) em dívidas de países africanos com o Brasil.

FINANCIAMENTOS

Um total de 12 países serão beneficiados pela decisão: Congo, Tanzânia, Zâmbia, Senegal, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Gabão, Guiné, Mauritânia, Sudão, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau --sendo apenas os dois últimos parte da comunidade lusófona.

Até agora, os bancos estatais brasileiros não podiam financiar investimentos e fluxos de comércio para esses países pelo fato de eles terem dívidas não quitadas com o Brasil.

A medida permitirá que o BNDES e o Banco do Brasil financiem exportações brasileiras, bem como investimentos e obras de infraestrutura tocadas por empresas do país (hoje quase todos os empréstimos do BNDES para projetos na África vão para Moçambique e Angola).

"A demanda por investimentos e cooperação que temos recebido dos países africanos é imensa", afirma Cordeiro. "A Tanzânia quer empresas brasileiras construindo hidrelétricas, por exemplo, e o Gabão pede investimentos na área de petróleo. Também já temos companhias do país interessadas em apostar nesses mercados --o que falta são justamente meios para financiar tais empreendimentos."

Segundo o embaixador, para resolver esse problema, também teria sido proposto que o BNDES crie uma diretoria responsável exclusivamente por empréstimos para a África e América Latina.

"Precisamos pensar em instrumentos financeiros adequados para esses projetos na África e entender quais poderiam ser suas garantias", diz o diplomata.

COOPERAÇÃO

Cordeiro lembra que no campo da cooperação técnica, a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) já tem projetos em diversos países africanos --entre eles Senegal, Mali e Gana. E, na área militar, pode ser mencionada a cooperação brasileira na formação da marinha da Namíbia.

Nos últimos três meses, Dilma fez três viagens à África. Além da passagem pela Etiópia, onde participou da comemoração do Jubileu de Ouro da União Africana no mês passado, em fevereiro a presidente foi à Guiné Bissau para a 3ª Cúpula América do Sul-África e à Nigéria para encontrar o presidente Goodluck Jonathan.

Em março, ela participou, na África do Sul, da 5ª Cúpula dos Brics --e na ocasião também se encontrou com líderes de outros países africanos.

Além disso, segundo o Itamaraty, nos últimos anos foram feitos esforços para ampliar a infraestrutura das embaixadas na África --que mais que dobraram na última década, fazendo o Brasil ocupar, juntamente com a Rússia, a quarta posição no ranking das nações com mais representações no continente (atrás dos Estados Unidos, China e França).

Para o governo brasileiro, o interesse na aproximação com os países da "nova fronteira" africana é tanto econômico como político.

De um lado, os 54 países do continente poderiam supostamente representar uma fonte de apoio importante para o Brasil em votações para postos-chave do sistema de governança internacional (como no recente caso da eleição do diretor-geral da Organização Mundial do Comércio, a OMC).

De outro, a África concentra hoje 6 dos 10 países que mais crescem no mundo, de acordo com o FMI, o que abriria uma série de oportunidades comerciais e de investimentos --que de fato já estão atraindo interesse das grandes empresas brasileiras.

INTERESSES COMERCIAIS

As trocas comerciais entre Brasil e África passaram de US\$ 5 bilhões em 2002 para US\$ 26,5 bilhões em 2012.

De acordo com a consultoria Ernst & Young, embora o Brasil represente apenas 0,6% dos investimentos estrangeiros nos 54 países africanos, desde 2007 os aportes brasileiros cresceram 10,7% ao ano.

"O empresariado brasileiro está começando a descobrir a África: as construtoras foram pioneiras nesse mercado e agora estão ajudando a 'puxar' outras empresas", afirma Soraya Rosar, diretora de Negociações Internacionais da CNI (Confederação Nacional da Indústria).

"Mas ainda há relativamente poucos investimentos em manufatura. Nisso estamos ficando para trás de chineses e indianos."

A Petrobras tem ativos na Nigéria, Tanzânia e Namíbia.

A Vale entrou na África em 2004 e hoje está presente no Gabão, Libéria, Guiné, República Democrática do Congo, Zâmbia, Malauí e África do Sul (além de Angola e Moçambique) --tendo planos para investir US\$ 7 bilhões (R\$15 bilhões) no continente nos próximos anos.

Fora da comunidade lusófona, a construtora baiana OAS já tem sucursais em Guiné, Gana e Guiné Equatorial. A Odebrecht está presente nesses mesmos países e na Libéria e na Líbia (onde a Camargo Correa também já toca uma série de projetos).

"Temos ainda algumas experiências de empresas de menor porte: desde uma empresa do Pará que está participando de obras em Benin, até um agricultor do Ceará que em parte do ano planta melão no Senegal para manter sua linha de exportação para a Europa", diz Cordeiro.

ONDA AFRICANA

Evidentemente, não é só o Brasil que está de olho nesses mercados de fronteira africanos. Com a América Latina desacelerando, a África --segunda região do mundo que mais cresce, depois da Ásia-- passou a atrair a atenção de investidores e consultorias de negócios internacionais.

"Na realidade, em muitos países africanos os brasileiros estão mesmo chegando tarde se comparados com a China, a Índia e alguns países europeus", diz Anthony Thunstrom, especialista em África da consultoria KPMG.

Países como a Etiópia e a Nigéria há dez anos tem crescido mais de 7% ao ano e atraem empresas estrangeiras com taxas de retorno ao investimento que variam de 20% a 30% (embora continuem entre os mais pobres do mundo).

Muitas companhias estão de olho em oportunidades nos setores agrícolas africanos e na exploração de petróleo e minérios. Outras são atraídas pelas inúmeras obras e projetos levados adiante para suprir o imenso deficit de infraestrutura do continente.

E também há as empresas interessadas no crescente mercado consumidor africano -- como o Walmart e a produtora de bebidas Diageo, que recentemente entraram na Etiópia.

RISCOS

É claro que os riscos e custos de se fazer negócios em muitos desses países ainda são importantes.

Problemas como corrupção, instabilidade política, precariedade logística e pobreza extrema não desapareceram do continente africano de uma hora para outra --ao contrário do que relatórios entusiasmados de algumas consultorias de negócios ou os discursos de algumas autoridades brasileiras podem fazer parecer.

Por causa de mudanças políticas na Guiné, por exemplo, a própria Vale foi obrigada a renegociar seus contratos para a exploração do complexo de Simandou, considerado a maior reserva inexplorada de minério de ferro do planeta. O projeto ficou paralisado por meses.

Também há quem ainda não esteja totalmente convencido de que o crescimento africano será sustentável.

Para Elsie Kanza, chefe da seção africana do World Economic Forum, por exemplo, se os africanos não investirem em educação, se empenharem em reduzir rapidamente seu problema de falta de infraestrutura e implementarem uma mudança estrutural em sua economia, desenvolvendo manufaturas e setores mais complexos, o continente pode acabar desacelerando.

O professor José Flávio Sombra Saraiva, professor de relações internacionais da UNB (Universidade de Brasília) e especialista em relações com a África, concorda: "As perspectivas para a região são boas, mas para garantir a sustentabilidade desse crescimento são necessárias muitas reformas e esforços para que toda a população se beneficie dessa nova onda de investimentos," diz.

No caso de um arrefecimento da expansão africana, não há como negar que muitas empresas e investidores teriam de rever seus planos --inclusive brasileiros.

"O risco sempre existe, mas podemos mitigá-lo e trabalhar com ele", arrisca Cordeiro.

China oficializa liberação de nova semente da Monsanto. Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico, Agronegócios. 17/06/2013

SÃO PAULO - O Ministério da Agricultura da China liberou oficialmente a importação de uma nova soja transgênica da Monsanto desenvolvida para cultivo no Brasil. A companhia já havia sido informada da decisão pelo governo brasileiro, mas ainda aguardava uma posição oficial.

A aprovação era a única pendência para que a múlti americana começasse a comercializar a nova variedade, liberada pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) em 2010.

Com o novo produto, batizado de 'Intacta RR2 Pro', a Monsanto espera substituir a tecnologia Roundup Ready (RR), presente em quase 90% das lavouras de soja do país e cuja patente venceu em 2010.

Exportadores de suco de laranja se voltam para o Brasil. Alexa Salomão – O Estado de São Paulo, Economia. 17/06/2013

SÃO PAULO - A americana Joanna Escandon, hoje com 32 anos, cresceu ouvindo a avó repetir uma recomendação: "Não esqueça de beber o alimento para o cérebro." Tratava-se do suco de laranja, desses que se compram prontos no supermercado, que a família bebia em todas as refeições. Há três anos, seguindo uma tendência em seu país, tirou o suco pronto do cardápio. Desde 2010, cerca de 200 mil litros de suco de laranja industrializado deixaram de ser consumidos nos Estados Unidos, um dos principais mercados do Brasil.

Suco a menos por lá significa laranja a mais por aqui. De cada cinco copos consumidos no mundo, três saem do Brasil e, principalmente, das três maiores indústrias do setor no mundo, que estão instaladas no interior de São Paulo: Cutrale, Louis Dreyfus Commodities e a nova empresa que reúne Citrovita e Citrosuco.

Nos últimos seis anos, o Brasil deixou de exportar o equivalente a 220 milhões de laranjas na forma de suco - volume equivalente a quase uma safra e meia da Flórida (EUA), outra região que é referência na produção mundial de laranja. Para contornar os prejuízos criados pela mudança de hábito no exterior, os produtores locais se organizam para criar uma empresa que levará às prateleiras dos supermercados brasileiros o suco tipo exportação.

"Essa companhia não terá terras com laranjais ou indústrias com linhas de produção", diz Ibiapaba Netto, diretor executivo da CitrusBR, entidade do setor que participa da formatação do modelo de negócio. "Será um consórcio que reunirá as indústrias e os produtores e a sua tarefa será divulgar a marca, ainda não definida, e gerenciar os prestadores de serviço contratados para embalar e transportar o suco produzido pelos parceiros." O negócio deve entrar em operação ainda neste ano e a previsão é de que consuma R\$ 9,7 bilhões em investimentos até 2020.

Consecitrus

Uma das alternativas cogitadas pelo setor é criar o Conselho de Produtores e Exportadores de Suco de Laranja (Consecitrus), para que ele assuma essas funções. O Consecitrus reunirá a CitrusBrasil, representando as indústrias do setor, e, do lado dos produtores, a Sociedade Rural Brasileira, a Alicitros, que congrega produtores de laranja de Limeira, no interior de São Paulo, e a cooperativa Cocamar, do Paraná, que conta com produtores de laranja do Norte e Nordeste do Estado. A criação do Consecitrus está em análise no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgão que avalia a fusão e criação de empresas no Brasil para evitar concentração de mercado.

Há três razões para o negócio focar na venda do suco tipo exportação. A primeira é aliviar os excedentes de produção que estão se formando por causa da estagnação do consumo global e criar um alternativa de mercado para um setor, hoje muito dependente das exportações. Em dezembro de 2012, o estoque de suco no Brasil quase bateu em 1,2 milhão de litros - o equivalente a um ano de produção. ?Mais do que liberar os estoques, a estratégia vai reduzir a forte dependência que o setor tem do mercado externo?, diz Marcos Fava Neves, pesquisador e professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade Universidade de São Paulo em Ribeirão Preto. ?Cerca de 90% do faturamento do setor da laranja vêm da exportação - não há setor no Brasil tão vulnerável às oscilações do mercado internacional.?

O segundo motivo: o suco para exportação é feito com 100% de laranja, um produto quase desconhecido pelos brasileiros. A grande maioria dos sucos vendidos no Brasil são néctares: sucos diluídos. Algumas marcas chegam a ter 70% de água. Dos 778 milhões de litros de sucos vendidos no Brasil no ano passado apenas 55 milhões eram naturais e a maioria, de uva. Ao desbravar um nicho, os fabricantes não vão entrar em concorrência direta com seus clientes, as indústrias de bebidas, que detêm as principais marcas de néctares no País.

Por fim, a decisão de atuar em um nicho de mercado também reduz o risco do Cade vetar a criação do novo negócio, Como o trio controla a produção, se criasse uma empresa para disputar espaço com os néctares dificilmente obteria sinal verde para operar.

Isenção de impostos

Para oficializar a criação da nova empresa, o setor aguarda apenas uma pendência: conseguir que o governo dê isenção de impostos para o suco de laranja 100%. Com a desoneração, o produto poderá custar aproximadamente R\$ 4, praticamente a metade do preço atual. ?O governo não terá perda de receita, porque a venda desse tipo de suco praticamente não existe?, diz João de Almeida Sampaio Filho, consultor de agronegócio e ex-secretário de agricultura do estado de São Paulo.

?Em contrapartida, um número maior de consumidores terá acesso a um produto natural.? O setor apresentou o projeto à secretaria de Finanças do governo do Estado de São Paulo e ao ministério da Fazenda. Os órgãos ainda não se pronunciaram. As informações são do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Brasil e UE debatem cooperação. Lucienne de Assis – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 17/06/2013

Encontro bilateral busca identificar as melhores práticas para o intercâmbio de material biológico entre as coleções para fins de investigação científica

Especialistas brasileiros e de países da União Europeia (UE) reúnem-se, a partir desta terça-feira (18/06) na sede da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa),

em Brasília, para debater o papel das coleções biológicas científicas - acervo de espécimes representando a diversidade biológica de organismos (fósseis e atuais) que povoaram o planeta até os dias de hoje. As discussões fazem parte do cenário do Protocolo de Nagoia, destinado a regular o acesso a recursos genéticos e à repartição dos benefícios por produtos fabricados a partir de insumos da flora e fauna de cada país.

Participam do seminário pesquisadores e curadores de coleções biológicas e de microorganismos, sendo 23 brasileiros e 11 da UE. Na oportunidade, se discutirá o papel destas coleções a partir da implementação do protocolo. O seminário visa, ainda, facilitar a pesquisa básica, voltada ao conhecimento da biodiversidade; identificar as melhores práticas para o intercâmbio de material biológico entre as coleções para fins de investigação científica não comercial; adotar medidas que facilitem a cooperação e a partilha de benefícios entre coleções brasileiras e europeias, e o acesso aos recursos genéticos dos conjuntos conservados fora do lugar de origem para fins comerciais.

A organização do encontro está por conta do Departamento de Patrimônio Genético do Ministério do Meio Ambiente (DPG) do MMA e faz parte de um programa de cooperação bilateral, para o período 2007-2013, assinado entre o governo brasileiro e a comunidade europeia, para apoio aos Diálogos Setoriais Brasil-União Europeia. Pretende-se, como este evento, explorar e construir interações entre as coleções ex situ (conservadas fora do lugar de origem) brasileiras e europeias.

TROCA BIOLÓGICA

As coleções biológicas são formadas por amostras de plantas, animais, células, culturas de tecidos e bases de dados de DNA. As práticas atuais voltadas à utilização dessas coleções foram desenvolvidas em resposta às recomendações da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), levando-se em conta o fato de tais práticas serem adequadas ou adaptáveis às novas realidades trazidas pelo Protocolo de Nagoia.

Os participantes deste encontro querem debater acerca dos possíveis papéis que as coleções podem desempenhar na implementação do Protocolo de Nagoia; e sobre a identificação de interesses e mecanismos comuns para promover uma cooperação mais eficaz, explica a analista ambiental e diretora da DPG/MMA, Eliana Gouveia Fontes. Segundo ela, pretende-se, com as discussões, facilitar a investigação, a rastreabilidade dos recursos genéticos e a adoção de mecanismos destinados a mudar o uso de recursos genéticos. O foco principal são as coleções abertas e não agrícolas e sua relação com o protocolo.

APROXIMAÇÃO

A diversidade de tipos de coleções ex situ já é conhecida e são formadas de plantas, animais, e recursos microbianos. Esses conjuntos são mantidos vivos e usados com finalidades comerciais e não comerciais por instituições públicas e/ou privadas. Esse

diálogo, entretanto, terá como foco principal as coleções públicas, não destinadas à agricultura e suas relações com o Protocolo de Nagoia.

Um dos resultados esperados deste encontro é o apoio à implementação dos artigos 8º, 9º, 19, 20, 22 e 23 do Protocolo de Nagoia. Nesse sentido, a reunião representa uma oportunidade de aproximação entre ciência e políticas públicas, ao permitir que pesquisadores e curadores de coleções, além de gestores públicos, dialoguem sobre o tema.

Servidores do MMA, das instituições vinculadas (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Serviço Florestal Brasileiro), estudantes e professores universitários podem participar das discussões. Os interessados devem procurar o assessor técnico especializado em Cooperação da SBF/MMA, Carlos Potiara, pelo telefone (61) 2028-2581 ou pelo e-mail carlos.potiara@mma.gov.br até esta segunda-feira.

CNA quer mudanças no Mercosul para fechar acordo com União Europeia – Site da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 19/06/2013

A presidente da Confederação da Agricultura e da Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, disse nesta quarta-feira em Bruxelas, que o Mercosul é um entrave nas negociações de liberalização do comércio com a União Europeia. Na raiz do problema, o protecionismo incentivado por alguns países do bloco sul-americano.

“Utilizaremos todos os instrumentos legais e dentro da democracia para mudar o acordo no Mercosul. O setor agropecuário tem uma bancada muito forte no Congresso e o Governo tem sido sensível às nossas demandas. Se cruzarmos os braços, nada vai mudar”, explicou a senadora.

Para a presidente da CNA, o outro ponto que precisa ser resolvido para avançar nas negociações com a UE é a visão de alguns setores da indústria brasileira, que insistem em barrar a liberalização do comércio com o bloco europeu. No entanto, a senadora afirmou que “há avanços nessas questões”.

Ela alertou que a realidade internacional hoje mudou e que o Brasil não pode ficar de fora de negociações bilaterais ou entre blocos que estão sendo efetivadas em diferentes regiões do mundo. Entre os exemplos, a senadora citou as negociações do acordo de livre-comércio entre Estados Unidos e União Europeia anunciadas na semana passada.

Na capital europeia, a presidente da CNA participou do painel Brazil-EU Investment - cases and opportunities, promovido pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), no Parlamento Europeu.

O evento contou com cerca de 60 participantes e foi mediado pelo eurodeputado português Vital Moreira, presidente da Comissão de Comércio Internacional do

parlamento (INTA), responsável pela validação do acordo de livre comércio entre Mercosul e UE.

Também participou do painel no Parlamento Europeu Alexandre Petry, gerente de investimento da Apex-Brasil. Encerrou o debate Rui Faria da Cunha, gerente-executivo do escritório do Brazilian Business Affairs, na capital europeia.

Escritório em Bruxelas

Além da reunião no Parlamento Europeu, a senadora inaugurou na quarta-feira, o escritório de representação da Confederação da Agricultura e da Pecuária do Brasil em Bruxelas.

“Nosso objetivo com esse escritório é ficar próximo dos nossos amigos europeus, que compram mais de 20% das nossas exportações. Queremos acompanhar as suas demandas e tendências, buscando compreender as mudanças no consumo e procurando atendê-las”, disse a presidente da CNA.

A delegação da senadora em Bruxelas é formada pelos presidentes das Federações da Agricultura do Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel; de Minas Gerais, Roberto Simões; da Paraíba, Mário Borba; de Goiás, José Mário Schereiner; de Santa Catarina, José Zeferino Pedrozo; do Secretário Executivo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Daniel Carrara; e pelo presidente do Instituto CNA, Moises Gomes.

CNA inaugura Espaço Agro Brasil na União Europeia em busca de um novo acordo bilateral de comércio com o bloco – Site da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária no Brasil (CNA). 19/06/2013

Determinada a reforçar a política de defesa dos interesses comerciais do setor agropecuário brasileiro em mercados estratégicos, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) inaugurou nesta quarta-feira (19/06), em Bruxelas, um escritório de representação junto à União Europeia.

O principal objetivo desta representação é participar mais ativamente do debate sobre os entraves ao comércio bilateral, desenvolvendo ações conjuntas e paralelas às realizadas pelo governo brasileiro. Tudo isto, com vistas à construção de um possível acordo de livre comércio com o bloco que já é um dos principais parceiros do comércio exterior agrícola brasileiro.

As barreiras impostas pela União Europeia dificultam as exportações brasileiras, encarecem determinados produtos e praticamente inviabilizam a entrada no bloco de diversos alimentos do País. Para contorná-las, a CNA pretende levar mais informações e dados que mostrem aos europeus a qualidade dos produtos brasileiros.

“A conclusão de um acordo de livre comércio com a União Europeia, imprescindível para o agronegócio brasileiro, proporcionará um mecanismo bilateral de facilitação de

comércio e cooperação, que vai criar diálogos ainda mais próximos entre o Brasil e a Europa”, afirmou a presidente da CNA, senadora Katia Abreu, que liderou a comitiva brasileira a Bruxelas.

Ela destacou a simplificação, pela União Europeia, de regras relacionadas a questões sanitárias e fitossanitárias como “um passo importante” a ser dado. “Essa medida vai reduzir a burocracia e aumentar a transparência nas compras europeias dos nossos alimentos. Mas ainda há muito por fazer para consolidar nossas relações bilaterais”, completou a presidente da CNA.

A senadora Kátia Abreu não tem dúvidas de que o consumidor europeu encontrará, no produto brasileiro, responsabilidade social, sustentabilidade, melhores preços e, certamente, muito sabor. O europeu é um dos grandes beneficiados pelo avanço brasileiro na produção de alimentos, pois nossos produtos contribuem para baixar os preços finais.

Nos últimos 10 anos, A União Europeia adquiriu, em média, 23% do total exportado pelo Brasil. O país é o primeiro produtor e exportador mundial de café, açúcar, suco de laranja e soja em grão. Ocupa o segundo lugar no ranking da produção de carne bovina, mas se mantém como o maior exportador mundial de carne bovina e de frango.

Além de representar os interesses dos agricultores brasileiros, a abertura do escritório em Bruxelas também atende a outra estratégia da CNA. A entidade espera que a ampliação da participação no mercado europeu aumente a penetração dos produtos do país em outros mercados, cujas regras são pautadas pela regulamentação da União Europeia.

MMA vai a evento na África. Tinna Oliveira – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 24/06/2013

Brasil participa de elaboração da norma de combate à degradação dos solos e desertificação

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) participa de reunião sobre combate à degradação dos solos e desertificação em Gaborone, Botsuana, para auxiliar na elaboração da norma que orientará o uso de boas práticas para o Combate à Degradação dos Solos e Desertificação. A 21ª Reunião Plenária do ISO/TC 207 – Environmental management (Gestão Ambiental) começou nesta segunda-feira (24/06) e segue até o dia 28.

O Departamento de Combate à Desertificação, da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural do MMA, foi convidado para coordenar o comitê de estudos para elaboração da norma técnica internacional relativa ao uso de boas práticas para o combate à degradação de terras e desertificação.

CONVENÇÃO

“É neste contexto que se insere a relevância da participação do Ministério do Meio Ambiente brasileiro, no nível técnico e no nível político, para assegurar que a norma de combate à degradação dos solos e desertificação, neste estágio inicial, atenda aos interesses do país”, destaca a analista ambiental Luciana Valadares, que participa do evento. A norma também deverá estar alinhada à Convenção das Nações Unidas para Combate à Desertificação, da qual o MMA é o ponto focal técnico.

Serão apresentados, entre outros documentos, os que foram preparados na reunião do Grupo de Trabalho 9, em janeiro deste ano, no Rio de Janeiro, sobre o Combate à Degradação dos Solos e Desertificação. O material reúne discussões e estudos de caso mais importantes de cada país participante, tornando-se o primeiro rascunho da Norma ISO 14055 - Guia de Boas Práticas para o Combate à Degradação dos Solos e Desertificação.

Participam também representantes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Petrobras, Vale, Siemens, Furnas, Universidade de São Paulo (USP), Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG), dentre outras.

CONTAG participa de debate entre Brasil e Grécia sobre temas econômicos e sociais – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 25/06/2013

Acontece nos dias 25 e 26 de junho, em Atenas, Grécia, a primeira reunião da Mesa-Redonda da Sociedade Civil Brasil-Grécia. Este fórum foi instituído em junho de 2012 mediante assinatura de Acordo de Cooperação Interinstitucional estabelecido entre o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil (CDES) e o Comitê Econômico e Social da Grécia (OKE). O presidente da CONTAG, Alberto Broch, participa da reunião como conselheiro do CDES.

A agenda tem como objetivos centrais debater aspectos econômicos e sociais da conjuntura global e os caminhos para a retomada da economia, com inclusão, justiça social e sustentabilidade ambiental.

A abertura política contou com a presença do ministro Marcelo Neri, secretário Executivo do CDES, e de Christos Polyzogopoulos, presidente do CES da Grécia. Neste primeiro dia também ocorrerá o debate sobre o tema “Legados de Grandes Eventos Esportivos”. Nesta quarta-feira (26), Alberto Broch coordenará a mesa que tratará das “Estratégias de Desenvolvimento Econômico e Social para enfrentamento da Crise Mundial”. No último dia, também será construída a Declaração Final com as propostas resultantes das discussões.

Argentina interrompe exportações de trigo, diz fonte do setor – Valor Econômico, Agronegócios. 26/06/2013

BUENOS AIRES

A Argentina decidiu interromper as exportações de trigo, diante do aumento dos preços da farinha e do pão. O governo informou hoje aos exportadores que não vai autorizar novos embarques da safra 2012/13, disse uma fonte do setor, que preferiu não se identificar.

Ainda segundo a fonte, o governo também ordenou que os exportadores vendam às moageiras locais cerca de 370 mil toneladas de trigo que estavam prestes a ser enviadas ao exterior.

A imprensa local informou hoje que Guillermo Moreno, secretário de Comércio Interno, reuniu-se com exportadores de grãos no início desta semana para informá-los sobre as restrições às vendas de trigo e farinha. Porta-vozes de Moreno e do Ministério da Agricultura não quiseram comentar o assunto.

A medida deve forçar o Brasil — maior comprador do trigo argentino — a se voltar para outros mercados, como EUA e Canadá, para atender sua demanda pelo cereal. A Argentina foi o sétimo maior exportador de trigo do mundo durante a safra 2012/13, de acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

O governo argentino regula fortemente as exportações de trigo, para manter baixos os preços dos alimentos no mercado interno, o que tem enfurecido os agricultores.

A intervenção do governo no mercado de trigo tem levado os agricultores locais a plantar apenas 3 a 4 milhões de hectares por ano, em comparação com os 6,5 milhões de hectares do passado, disse Santiago Labourt, presidente da empresa ArgenTrigo. Apenas 9 milhões de toneladas de trigo foram produzidas na safra 2012/13, contra 14,5 milhões de toneladas do ano anterior.

Até 12 de junho, as exportações argentinas de trigo totalizaram pouco menos de 3 milhões de toneladas, ante 7,1 milhões de toneladas do ciclo passado, de acordo com o ministério. As vendas externas de farinha chegaram a 465,7 mil toneladas, ante 720,8 mil toneladas em 2012.

Produtos orgânicos da agricultura familiar são destaque em feira internacional – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 28/06/2013

Profissionais do setor de produtos naturais e orgânicos e demais visitantes estão conhecendo e degustando a diversidade da agricultura familiar na Natural Tech 2013 – 9ª Feira Internacional de Alimentação Saudável, Produtos Naturais e Saúde que segue até domingo (30), em São Paulo.

Além da exposição dos produtos, a Feira oferece palestras no 9º Fórum Internacional de Agricultura Orgânica e Sustentável que teve a participação do diretor de Geração de Renda e Agregação de Valor do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Nilton Pinho de Bem, no painel sobre Programas de Acesso aos Produtos Orgânicos e

Sustentáveis. Ele explicou as políticas públicas executadas pelo MDA e ressaltou o trabalho realizado com o setor de produtos orgânicos e sustentáveis.

“O acesso da população aos produtos orgânicos é fruto de articulação entre os produtores, industriais e o poder público dentro das instâncias da Federação – União, estados e municípios. A venda de produtos é sempre inserida em uma cadeia produtiva complexa que envolve a matéria-prima, abastecimento de insumos, industrialização e distribuição. A partir disso, o MDA entende que se deve unir a produção de produtos orgânicos, a segurança alimentar e um projeto de desenvolvimento rural no País”, assinala Nilton Pinho de Bem.

Também participaram do painel representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Itaipu Binacional e da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Espaço MDA

Participam da feira 24 empreendimentos da agricultura familiar, de todas as regiões, que fazem parte do Brasil Orgânico e Sustentável, campanha do governo federal que tem como foco fortalecer a agricultura familiar por meio do incentivo ao consumo de produtos orgânicos, sustentáveis e saudáveis. Nove dos participantes são integrantes do Projeto Talentos do Brasil Moda.

A Natural Tech 2013 – 9ª Feira Internacional de Alimentação Saudável, Produtos Naturais e Saúde é realizada em paralelo a Bio Brazil Fair/ BioFach América Latina – 9ª Feira Internacional de Produtos Orgânicos e Agroecologia. As feiras apresentam as principais novidades em alimentos, cosméticos, vestuário e terapias complementares.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria



cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa